

Editorial

**Políticas de Avaliação Externa e a reforma empresarial:
efeitos sobre a qualidade social da educação**

*External Evaluation Policies and Corporate Reform:
Effects on the Social Quality of Education*

*Políticas de Evaluación Externa y la reforma empresarial:
efectos sobre la calidad social de la educación*

Leonice Matilde Richter¹
Universidade Federal de Uberlândia

Maria Vieira Silva²
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Vilma Aparecida de Souza³
Universidade Federal de Uberlândia

Raquel Aparecida Souza⁴
Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: Oficialmente, o discurso das políticas de avaliação externa, desde sua introdução no país, especialmente a partir da década de 1990, esteve associado à tese da promoção da qualidade da educação. Desde então, pesquisas acadêmicas têm se dedicado à análise do que significa tal qualidade, para quem ela é pensada e quais interesses a envolve. Qualidade pensada a partir da formação de qual sujeito? Para qual sociedade? Em uma perspectiva crítica não há como olhar para a categoria avaliação educacional sem analisar sua relação com a estrutura macro da organização da nossa sociedade. Em síntese, a categoria avaliação é eminentemente política. É nessa direção que o Dossiê do presente número da REPOD apresenta a contribuição de diversos autores(as) para a problematização das Políticas de Avaliação Externa e seus efeitos sobre a qualidade social da educação.

Palavras-chave: Políticas de Avaliação Externa; Reforma Empresarial da Educação; Qualidade Social da Educação.

¹ Editora responsável da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela UFU. Professora associada de Políticas e Gestão da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: leonice@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9049041703208746>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7109-3257>.

² Editora responsável da Revista Educação e Políticas em Debate. Pós-doutorado em Educação. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. Rio Grande do Norte. Brasil. E-mail: mvieirau@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0726794592785841>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4510-0844>.

³ Editora adjunta da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela UFU. Líder do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão, Financiamento da Educação e Equidade –UFU. Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: vilmasouza@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1776641740982053>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9420-0908>.

⁴ Editora adjunta da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela Universidade de Brasília. Membro do grupo de pesquisa Pólis. Professora associada Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: raquelas@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9208469507359517>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5906-0671>.

Abstract: Officially, the discourse surrounding external evaluation policies, since their introduction in the country, particularly from the 1990s onward, has been associated with the thesis of promoting educational quality. Since then, academic research has focused on analyzing what such quality signifies, for whom it is intended, and what interests it involves. Quality conceived from the perspective of which subject? For which society? From a critical standpoint, it is impossible to view the category of educational evaluation without examining its relationship with the macro structure of our society's organization. In summary, the category of evaluation is eminently political. It is in this context that the Dossier in the current issue of REPOD presents contributions from various authors to the discussion of External Evaluation Policies and their effects on the social quality of education.

Keywords: External Evaluation Policies; Corporate Education Reform; Social Quality of Education.

Resumen: Oficialmente, el discurso sobre las políticas de evaluación externa, desde su introducción en el país, especialmente a partir de la década de 1990, ha estado asociado a la tesis de la promoción de la calidad de la educación. Desde entonces, investigaciones académicas se han dedicado al análisis de lo que significa tal calidad, para quién se concibe y qué intereses la rodean. Calidad concebida a partir de la formación de ¿qué sujeto? ¿Para qué sociedad? Desde una perspectiva crítica, no es posible mirar la categoría de evaluación educativa sin analizar su relación con la estructura macro de la organización de nuestra sociedad. En síntesis, la categoría de evaluación es eminentemente política. En esta dirección, el Dossier del presente número de la REPOD presenta la contribución de diversos autores y autoras a la problematización de las Políticas de Evaluación Externa y sus efectos sobre la calidad social de la educación.

Palabras clave: Políticas de Evaluación Externa; Reforma Empresarial de la Educación; Calidad Social de la Educación.

O discurso oficial que envolve as políticas de avaliação externa desde sua introdução no país, especialmente a partir da década de 1990, esteve associado à tese da promoção da qualidade da educação (Richter e Silva, 2021). Desde então muitas pesquisas acadêmicas têm se dedicado à análise do que significa tal qualidade, para quem ela é pensada e quais interesses a envolve. Qualidade pensada a partir da formação de qual sujeito? Para qual sociedade? Em uma perspectiva crítica não há como olhar para a categoria avaliação educacional sem analisar sua relação com a estrutura macro da organização da nossa sociedade. Em síntese, a categoria avaliação é eminentemente política. Por isso compreende-se a necessidade do avançar para além das análises maniqueístas de “satanização”, ou “sacralização”, para sair das relações aparentes fenomênicas e apreender o que está efetivamente na essência das políticas públicas de avaliação externa.

Nesta direção, apreende-se que as políticas de avaliação que emergem de uma concepção de mundo capitalista estão organicamente vinculadas à verificação, classificação e seleção, o que traz efeitos éticos, políticos e pedagógicos. É com este

sentido que a avaliação tem assumido destaque na “agenda de governos, organismos internacionais, reformadores empresariais e agências dedicadas à reestruturação do setor público e particularmente da educação” (Richter, 2015, p. 51). Em uma sociedade na qual se espera que a função social da escola seja formar a classe trabalhadora de acordo com as necessidades do mercado, adaptando-a e conformando-a ao perfil do novo proletário da era digital e da uberização do trabalho (Antunes, 2018), a concepção de avaliação está comprometida com a introdução de princípios de uma sociedade de classes na qual a avaliação assume como premissa a competição e o individualismo.

A sociedade capitalista tem formatado um novo proletariado (Antunes, 2018) e exige que a escola cumpra o papel de adaptação, ou seja, adequar a formação da classe trabalhadora aos interesses do mercado de trabalho. No campo do trabalho a uberização, a flexibilização, a desregulamentação de direitos trabalhistas, a precarização, o trabalho intermitente, a terceirização, ou seja, trabalhadores largados à própria sorte e responsabilizados face a qualquer realidade, um trabalhador que aceite esta condição e que se adeque a ela é o que se espera que a escola garanta.

Para Mészáros (2007, p.148):

[...] Os verdadeiros obstáculos confrontados pelo trabalho no presente e no futuro próximo pode ser resumido em duas palavras: “flexibilidade” e “desregulamentação”, dois dos mais estimados lemas das “personificações do capital” hoje, tanto no comércio quanto na política. Tais termos têm a intenção de soar bastante atraentes e progressistas. [...] a “flexibilidade” com relação às práticas de trabalho – que devem ser facilitadas e aplicadas por meio de vários tipos de “desregulamentação” – equivale, na realidade, à implacável *precarização* da força de trabalho.

O processo de flexibilização do trabalho e o abandono do trabalho estável é assumido pelos economistas como regra da globalização e do paradigma pós-fordista (Vasapollo, 2005) e, assim, apresentado como alternativa frente às altas taxas de desemprego. Apoiados neste novo paradigma do trabalho flexível lançam sobre o trabalhador uma realidade cada vez mais desumana e de superexploração. Neste cenário, a escola é cobrada pela formação de um indivíduo proativo que esteja à disposição física e intelectual para atender de forma mais eficaz aos interesses do capital, além de formar pessoas capazes de sobreviver em uma realidade altamente instável e sem garantias. Um(a) trabalhador(a), portanto, que é fiscal de si mesmo e responsável pelo cumprimento de metas com uma formação psicológica que se conforme a este cenário que passa a ser naturalizado.

Essa lógica é o que defendem os empresários da educação que têm cada vez mais adentrado os espaços decisórios no campo das políticas públicas de educação. É neste contexto

que os reformadores da educação têm reiterado quase como um mantra que a escola precisa formar indivíduos para uma sociedade em constante transformação, adaptado a “aprender a aprender”, com acesso a conhecimentos particularmente selecionados com a intenção funcional do “saber fazer”, o que tem provocado uma forte disseminação de reformas com viés neotecnista da educação tais como as reformas curriculares e da avaliação.

Na entrevista que compõe o presente número da Revista Educação e Políticas em Debate (REPOD), vale destacar a avaliação de Freitas (2024, p. 06):

A pressão pela manutenção deste sistema envolverá a privatização das escolas, ou seja, a colocação das escolas fora da ação do Estado (Ravitch, 2011; Freitas, 2018) sob controle total de empresários ideologicamente confiáveis, além de abrir campo para a interferência ideológica na formação da juventude via movimentos de extrema-direita e aliados que impeçam que a juventude tome consciência das mazelas que lhe afligem, preparando-os apenas para serem empreendedores, ou seja, futuros desempregados com alguma forma de sobrevivência por conta própria, em um mundo cada vez com menos trabalho formal e mais precarizado, assediado por robôs e pela inteligência artificial. O projeto educativo do capital, portanto, envolve controlar a forma e o conteúdo da escola especialmente via plataformas digitais de aprendizagem e restringir a atuação do professor ao programado oficialmente e também pela difusão de uma justificativa meritocrática para as desigualdades e mazelas do sistema, transferindo a responsabilidade da pobreza para os próprios pobres, como se fosse uma opção pessoal, e isentando o sistema social vigente (Freitas, 2018; Prado, 2024). Os processos de avaliação por responsabilização com base em um conceito de “qualidade empresarial” estarão cada vez mais em voga, destinados a habituar os estudantes a estas lógicas e a garantir o sucesso destas finalidades.

Nesta direção, nas últimas décadas no Brasil os principais interlocutores da sociedade com os governos têm sido os empresários da educação, provocando graves efeitos sobre a qualidade social da educação, qualidade esta comprometida com uma formação crítica e emancipatória. Como avalia Freitas (2024), precisamos distinguir a “qualidade social” contrapondo-a à “qualidade empresarial”. Por isso defende-se uma qualidade social comprometida com uma sociedade justa socialmente, mas também justa frente ao seu compromisso com a própria preservação do mundo, pois diante da realidade muitas são as evidências das consequências e efeitos da ação do homem sobre o nosso planeta, uma vez que vivemos em uma organização social que há séculos tem atacado fortemente todos os recursos da terra para atender à fome insaciável do capital. É um movimento de exploração capaz de destruir tudo em nome de sua vontade egoísta de expansão, pois como aponta (Viana, 2017, p. 182) “o modo de produção capitalista institui uma relação destrutiva com o meio ambiente”. Precisamos, portanto, formar uma geração comprometida com outro projeto de mundo, o que significa um outro projeto de sociedade.

Na atual edição da Revista Educação e Políticas em Debate os manuscritos adentram as diferentes análises e problematizações, incluídos no Dossiê temático intitulado *Avaliação externa no contexto da reforma empresarial: desafios para a qualidade social*, organizado pelas professoras Mara Regina Lemes De Sordi da Universidade Estadual de Campinas, Maria Simone Ferraz Pereira da Universidade Federal de Uberlândia e Regiane Helena Bertagna da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Rio Claro. O referido Dossiê fomenta a temática, de forma expressiva, contando com uma densa entrevista cedida por Luiz Carlos de Freitas, referência teórica nacional e internacional na área da educação e, particularmente, na área da avaliação educacional.

Os artigos do Dossiê abarcam autores(as) nacionais e internacionais, vinculados(as) a diferentes instituições, tais como: Universidade Estadual Paulista (UNESP/Rio Claro); Universidade Federal de São Carlos; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Instituto Superior Politécnico de Manica (ISPM) (Vanduzi, Manica, Moçambique); Universidade Federal de Viçosa; Universidade do Estado de Mato Grosso; Universidade Federal de Alagoas; Universidade Federal de Uberlândia; Universidade Estadual de Alagoas; Universidade Federal de Minas Gerais; Rede Municipal de Sabará; Universidade Federal de Lavras; Universidade Pitágoras Unopar; Universidade Anhanguera; Secretaria Municipal de Educação de Campinas; e Universidade de Lisboa (Lisboa, Portugal).

Somam-se aos manuscritos do presente número da Revista os artigos da seção “Demanda Contínua”, com 10 textos, com autores(as) pertencentes a instituições internacionais e de diversas regiões do país com temáticas distintas, particularmente aglutinados pela análise de políticas públicas de educação de diferentes níveis e etapas.

Vanesa Romualdo, da Universidad de Buenos Aires, é a autora do texto *Além do Conselho Federal de Educação, do que é feito o federalismo educacional argentino?* no qual analisa as instâncias de articulação federal da educação argentina que se configuraram para pactuar políticas para o nível secundário como prelúdio ao Conselho Federal de Educação no período 2006-2019. Destaca centralmente duas administrações governamentais nacionais de natureza política diferente (Frente para la Victoria e Alianza Cambiemos) e em três províncias por meio de uma pesquisa qualitativa baseada na análise de documentos, dados secundários e entrevistas semiestruturadas com técnicos e funcionários públicos. Os resultados apontam que embora em cada administração as instâncias assumissem formas diferentes, eram centralistas, permitiam relações intergovernamentais informais e as províncias tinham ações díspares

As políticas educacionais voltadas ao ensino de Filosofia no Novo Ensino Médio: um estudo a partir da rede de ensino do estado de Alagoas é o título do artigo de autoria de Roberto Ribeiro da Silva e Alice Miriam Happ Botler, ambos da Universidade Federal de Pernambuco. No referido manuscrito os autores analisam as políticas educacionais voltadas ao ensino da Filosofia, a partir de um estudo de caso na Rede Estadual de Ensino no Estado de Alagoas. Partem da suposição de que a Filosofia, reconhecida como uma disciplina responsável pela formação cidadã dos jovens escolarizados, poderia representar um auxílio ao diálogo entre os saberes comunitários no entorno da escola, mas os dados mostram que o lugar da Filosofia no processo de implantação do denominado “Novo Ensino Médio” não tem tido espaço para esse fim.

No texto *Mulheres privadas de liberdade: leituras e resenhas como alternativa de diminuição de pena*, das autoras Ana Maria Marques, Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho, Danielle Souza Gabriel e Letícia Souza de Arruda, todas vinculadas à Universidade Federal de Mato Grosso, discutem a temática do (des)encarceramento feminino e as alternativas de redução de pena por meio de ações educativas. Com base em ações extensionistas desenvolvidas entre novembro de 2022 e outubro de 2023, e fundamentada no letramento crítico e leitura como prática de liberdade, as autoras objetivavam auxiliar os processos de escrita e avaliação de resenhas com fins de remição de pena para mulheres privadas de liberdade.

O texto *Desafios para a Gestão Democrática Universitária: uma leitura a partir dos projetos de lei e dos conselhos universitários* de autoria de Daniel Calbino, da Universidade Federal de São João del Rei, de Daniela Nery e Geruza de Fátima Tomé Sabino, ambas da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, e Mariana Mayumi Pereira de Souza, da Universidade Federal de Viçosa, teve como objetivo problematizar os desafios para o avanço da autonomia e da gestão democrática das universidades federais. Por meio de pesquisa documental e aplicação de questionários aos conselheiros universitários de dez instituições federais, os(as) autores(as) evidenciam retrocessos na gestão democrática, bem como a discrepância representativa nas instâncias colegiadas e a herança da cultura das cátedras marcada pelas resistências internas às formas participativas de gestão.

Mateus Lorenzon e Angelo Vitório Cenci, ambos da Universidade de Passo Fundo, no texto *A ausência da discussão antropológica no contexto Neoliberal: Reflexões acerca da educação frente a latência da barbárie*, problematizam que na contemporaneidade renunciou-se às grandes discussões antropológicas acerca do homem e o silêncio produzido em torno destes debates produz um estado de deriva antropológica, no qual assume-se acriticamente as concepções subjacentes à racionalidade neoliberal. Contudo, ainda argumentam que ao analisar o neosujeito necessário e produzido por essa razão-mundo, identifica-se que ele é predisposto a um estado de barbárie, uma vez que a lógica concorrencial e a atomização do indivíduo tendem

a produzir ressentimento e sofrimento psíquico. Afirmam que a fim de restaurar a homeostasia, os indivíduos contemporâneos podem juntar-se a hordas gregárias unidas libidinalmente a um líder. Face a tal realidade, discorrem acerca das funções da educação em um contexto contemporâneo no qual, em decorrência de uma ausência de discussão antropológica, flerta-se com a latência da barbárie.

Já o manuscrito *A inserção e a formação humana integral na Educação Profissional e Tecnológica de alunos cegos da região Araguaia no Pará* foi desenvolvido por Carla Santos Ramos, Rivadavia Porto Cavalcante, Marcelo Rythowem e Mary Lucia Gomes Silveira de Senna, todos vinculados ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). No artigo os(as) autores(as) abordam a formação integral do estudante cego na Educação Profissional e Tecnológica, em uma instituição localizada na região Araguaia, estado do Pará, com o objetivo de analisar as leis que amparam os(as) estudantes cegos(as) e suas experiências na instituição. Fundamentados em Gramsci, Marx e Freire, conceitualizam a formação integral do(a) estudante cego(a). Por meio de entrevistas com dois estudantes cegos, que correspondem a 100% dos(as) alunos(as) cegos(as) da instituição, fica evidenciado que apesar de alguns avanços ainda há dificuldades na adaptação de materiais, acessibilidade e formação dos(as) professores(as).

O texto *Educação como compromisso do Sistema Conselhos de Psicologia: análise dos cadernos deliberativos dos Congressos Nacionais da Psicologia (CNP)*, de autoria de Pablo Mateus dos Santos Jacinto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, tem como objetivo compreender o desenvolvimento dos posicionamentos de psicólogos brasileiros sobre educação. Com base em uma pesquisa documental, utilizando os softwares Iramuteq e MaxQDA, o autor analisa as deliberações dos CNP ocorridos entre 1994 e 2022. A pesquisa revela que os psicólogos brasileiros têm adotado uma postura crítica e propositiva em relação à Psicologia Escolar e Educacional, contribuindo para a defesa dos direitos humanos, da inclusão e da democratização da educação.

O manuscrito intitulado *A abordagem do Ciclo de Políticas no estudo da política curricular da rede municipal de ensino de Uruguaiana/RS*, de autoria de Cristiane Gonçalves Hernandez e Fernanda Figueira Marquezan, ambas da Universidade Franciscana, discute as políticas curriculares e explora a proposta do Ciclo de Políticas de Stephen Ball (1992), com o objetivo de compreender o processo de criação e implementação das políticas curriculares, com foco no Documento Orientador do Território Municipal de Uruguaiana/RS (DOTMU), sob a perspectiva das Coordenadoras da Rede Municipal de Ensino de Uruguaiana. Na abordagem do Ciclo de Políticas, o estudo analisa o Contexto da Influência, o Contexto da Produção do Texto e o Contexto da Prática. Como resultado evidencia as fragilidades mesmo com a

participação dos(as) profissionais da educação na construção do DOTMU. Revela, contudo, potencialidades ao ser percebido pelos(as) profissionais como um meio organizador do fazer pedagógico, destacando-se por sua consistência teórica e formulação democrática, contribuindo para o percurso educativo nas escolas da Rede Municipal de Uruguaiana.

No artigo *Discursos de formadores de Ciências da Natureza sobre o processo de implementação da BNCC na região cearense abrangida pela CREDE*, Margarida Maria Martins de Freitas, Maynara Karla Soares Sampaio, Joan Petrus Oliveira Lima e Francisco Ranulfo Freitas Martins Júnior, todos(as) vinculados(as) à Universidade Estadual do Ceará, analisam os discursos de treze formadores(as) de Ciências da Natureza sobre o processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular na região cearense abrangida pela Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE). Para tanto, empregam a Análise do Discurso de linha francesa e crítica como o método para categorizar compreensões sobre ensino de Ciências, formação continuada para organização escolar e gestão educacional, coletadas por meio de entrevista semiestruturada. Os resultados indicam contraposições e articulações entre os discursos dos(as) formadores(as) e pesquisadores(as), sendo que as primeiras dizem respeito à não padronização do ensino de Ciências na escola e as últimas se referem à efetivação de práticas curriculares por meio de diferentes agentes escolares.

O texto *Parceria público-privada e sua gênese normativa em Minas Gerais-Brasil e a educação*, de autoria de Liege Coutinho Goulart Dornellas, da Fundação Presidente Antônio Carlos, de Joyce Wassem do Serviço Social da Indústria-SESI-ES e Eliza Bartolozzi Ferreira, da Universidade Federal do Espírito Santo, tem como objetivo narrar o processo legislativo acontecido no Estado de Minas Gerais, o qual aprovou, pela primeira vez no país, uma lei que regulamenta a Parceria Público-Privada (PPP), a Lei Estadual nº 14.868/2003. As autoras utilizam a teoria de Pierre Muller e Surel sobre abordagem cognitiva das políticas como aporte teórico-metodológico, dando ênfase à fase de “inscrição da agenda” e evidenciam que a PPP ultrapassa a definição de privatização por referir-se à incorporação de ideias do mundo do privado para o seio do aparelho de Estado.

Por fim, na publicação do presente número aproveitamos para compartilhar nossa alegria quanto ao resultado do recurso da Avaliação Quadrienal (2017-2020), no qual a Revista Educação e Políticas em Debate (REPOD), vinculada à Linha de Pesquisa *Estado, Políticas e Gestão em Educação* do PPGED/Faced/UFU foi conceituada A3 no Qualis/Capes Periódico. Tal fato reconhece o trabalho da REPOD que ao longo de seus 12 anos de publicação ininterrupta tem colaborado com a publicização de manuscritos nacionais e internacionais que adensam as reflexões críticas atinentes às políticas públicas de educação.

Externalizamos nosso agradecimento pela dedicação e empenho de todos(as) os(as) colaboradores(as) nacionais e internacionais da REPOD: aos(às) editores(às); aos(às) organizadores(as) de Dossiês; aos(às) pareceristas; à equipe de formatação e diagramação dos manuscritos; à equipe de mídias sociais; à Secretaria dos Periódicos/FACED; e aos(às) colegas editores das outras revistas da Faculdade de Educação pelo companheirismo. Destacamos, ainda, o apoio da FACED, da UFU e do Sistema de Bibliotecas que abriga o Portal de Periódicos da UFU e que se responsabiliza pelo acompanhamento e avaliação do fluxo editorial, oferecendo o serviço de suporte técnico aos(às) editores(as).

Desejamos, ainda, que o presente número possibilite, da mesma forma, a ampliação das análises e debates quanto às políticas públicas de educação, proporcionando aos(às) pesquisadores(as), docentes e discentes de graduação e pós-graduação de diferentes instituições nacionais e internacionais, a divulgação de resultados de pesquisas e experiências que apresentem consistência.

Desejamos a todas e todos, ótima leitura e profundas reflexões.

Referências

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007

RICHTER, L. M.; VIEIRA SILVA, M. O IDEB e seus efeitos na organização do trabalho escolar. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.], v. 37, n. 1, p. 327–350, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/105962>. Acesso em: 13 ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol37n12021.105962>.

RICHTER, L. M. *Trabalho docente, políticas de avaliação em larga escala e accountability no Brasil e em Portugal*. 2015. 450 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. DOI <https://doi.org/10.14393/ufu.te.2015.64>. Acesso em: 13 ago. 2024.

VASAPOLLO, Luciano. *O trabalho atípico e a precariedade*. Tradução de Maria de Jesús Brito Leite. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VIANA, N. *Capitalismo e destruição ambiental*. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 10, n. 3, p. 179–192, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/44854>. Acesso em: 14 ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5216/ag.v10i3.44854>.